

O UNIVERSO PARTICULAR DE PEDRO NAVA

Júlio de Souza VALLE NETO¹

RESUMO: A crítica que se ocupa das Memórias de Pedro Nava tem realçado, como traço marcante de sua composição, o dom de transformar a vida individual, terreno próprio da autobiografia, em matéria universal, de alcance coletivo. Para Antonio Candido, tal fenômeno se explica, sobretudo, por um efeito estilístico. Davi Arrigucci Jr. compreende-o como uma necessidade de autoconhecimento que inclui, necessariamente, a compreensão da cultura brasileira da qual o narrador faz parte. José Maria Cançado expande tais considerações ideologicamente, enxergando em Nava a recusa à delimitação de classe e de clã em favor de uma adesão solidária ao outro. Este artigo sugere a viabilidade do raciocínio inverso ao descrito, ou seja, realça a permanência do particular no geral como traço das Memórias de Pedro Nava. Três aspectos da obra embasam essa interpretação: o uso da cultura geral como estratégia de autolegitimação moral e literária, a contaminação do espaço urbano pela perspectiva individual e o juízo político freqüentemente assentado em conveniências pessoais, numa reprodução da confusão entre público e privado freqüentemente atribuída à cultura brasileira.

ABSTRACT: The criticism occupied of Pedro Nava's Memórias has called the attention to the gift of turning the individual life, proper place for autobiography, into universal matter, of collective understanding. This paper suggests the feasibility of the inverse thought; in other words, suggests the permanence of the particular in the general as characteristic of Pedro Nava's Memórias. Three aspects of his work support such interpretation: the use of culture in general as a strategy of moral and literary self-legitimation, the urban space contamination by the individual perspective and the political judgment frequently based on personal conveniences.

As desnorteantes variedade e abrangência das *Memórias* de Pedro Nava logo chamaram a atenção da crítica especializada. A conciliação entre história pessoal e história coletiva, alçada a um grau de exploração até então inédito na memorialística brasileira, foi com razão fartamente comentada por diferentes estudiosos. Antonio Candido (1989) identifica na obra uma “estilística da universalização”, através da qual se assegurava o trânsito entre o particular e o geral. Davi Arrigucci Jr. (1987), por sua vez, verifica a influência de Gilberto Freyre na concepção das *Memórias*, nas quais se inverte a direção do procedimento metodológico do antropólogo: para conhecer-se melhor, é necessário conhecer também o passado geral da nação, em cuja rede ele se inclui como indivíduo e família.

Talvez esse dado “universalizante” da obra tenha recebido a sua formulação mais categórica e radical no estudo de José Maria Cançado, *Memórias Videntes do Brasil: a obra de Pedro Nava*, publicado em 2003. Nele, o fenômeno primordialmente estilístico identificado por Antonio Candido é expandido para os níveis ideológico e histórico-literário. Ideologicamente, a adesão do protagonista ao alheio estaria alçada a um tal grau de empatia que, na construção da auto-imagem do Narrador, relevaria mais o seu “desvalimento”, o “nada no bolso ou nas mãos”, como diz o crítico, do que a costumeira reafirmação de superioridade de clã e classe típica da memorialística no Brasil. Quanto à

¹ Doutorando em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. A pesquisa, orientada pelo prof. Dr. Antonio Arnoni Prado, é financiada pela FAPESP.

história literária, a obra, apesar de profundamente influenciada por Mário de Andrade, recusaria a antítese Brasil-Europa latente no pensamento do modernista paulista, configurando-se assim outro trunfo da visada universalizante operada pelo memorialista.²

Ora, como parece evidente, o conceito de universalização alçado a um tal paroxismo carrega consigo uma série de correlatos morais aos quais nenhum autobiógrafo com o mínimo de amor-próprio restaria indiferente: refiro-me às idéias de generosidade, solidariedade, humanidade e, para usar uma expressão do próprio Cançado, “gratuidade” (CANÇADO, 2003: 182). Essa “gratuidade”, aliás, aproximaria o “sujeito da memória” do “sujeito social”, que tem “como modo de ser e de viver essa gratuidade”, em mais uma demonstração do quanto esse *eu* das *Memórias* consegue ser um *nós* brasileiro. Ocorre que o trânsito entre o particular e o universal, o público e o privado ou, em termos de gênero, a autobiografia e a memorialística, é de mão dupla: se é lícito investigar, como freqüentemente se fez, a eclosão do universal no individual, com vistas a demonstrar o quão abrangente pode ser uma obra de feição singularizante, também será pertinente e mesmo necessário, já que complementar, explorar o outro lado da moeda. Trata-se, no caso, de observar como o particular sobrevive no universal – e de como o público, coletivo, torna-se por essa via também individual, particular.

Um dos modos de fundamentar essa exploração reside no estilo das *Memórias* e, especialmente, no uso sistemático de um dos traços distintivos dessa obra: as epígrafes. Shakespeare, Dante, Proust, Rabelais, Lautreamont, Poe, Balzac e Maupassant são uns dos muitos pesos-pesados da literatura ocidental chamados a ilustrar os percalços da vida do narrador das *Memórias*. Naturalmente, um dos modos de compreender essa inserção de nomes ilustres tende para a chamada universalização corrente na obra: a circunstância local e individual dilui-se em favor de uma perspectiva aberta ao patrimônio cultural da humanidade. Mas o raciocínio é perfeitamente reversível – e capaz de produzir a conclusão oposta. Trata-se, por essa via, de tomar um caldo de cultura canônico – e nesse sentido, “universal”, com todas as ressalvas que a expressão comporta, a começar pelo caráter ocidentalizado desse universo – e projetá-lo sobre a vida comum, de forma a *epicizar* o banal. Em outras palavras, recorrendo a uma expressão utilizada por Leo Spitzer (SPITZER, 1970: 476) para caracterizar o estilo de Proust, trata-se de “engordar” a matéria “magra”, torná-la assim saborosa – para o autor e para o público –, desafio aliás bastante comum para quem, praticando a autobiografia, não apresenta uma história especialmente aventureira ou entranhada nas esferas de poder, como é precisamente o caso de Pedro Nava. Assim, se essa abertura para o mundo tem a sua faceta humanista e solidária, de “gratuidade” (com a qual o autor serve *ao* mundo), também terá a sua cota estratégica e retórica de interesse particular, seja no tocante à formação da auto-imagem do protagonista, seja quanto à manutenção do interesse da narrativa (e o autor, nesse caso, serve-se *do* mundo).

² As *Memórias* ilustrariam uma verdadeira “imaginação brasileira do mundo”, pois nessa obra tudo o que “chega de fora (...) perde toda quina alienígena e ornamental, qualquer rubrica de centralidade histórica, cultural hegemônica, e reúne-se numa *figura mundi* alta e expansiva com o de cá, dando origem a um orbe imaginário aqui pousado e tornado possível” (Cf. *Memórias Videntes do Brasil*, p. 67. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003). Os argumentos aqui arrolados concentram-se sobretudo no capítulo I do livro. As expressões citadas estão na p. 46.

Os exemplos desse tipo de procedimento nas *Memórias* são prodigiosos. A vida amorosa de Nava é um dos muitos casos do gênero. Comentando a bela fragilidade de uma jovem por quem se apaixonara platonicamente, na Belo Horizonte dos anos 20, afirma: “Toda ossos e cabelos louros ela deslizava como as heroínas dos romances em que as moças tísicas são amadas desesperadamente. Constância, Ismália – ela era a ‘morta virgem’, a ‘pálida e loura, muito loura e fria’ ou aquela que quando ‘morreu choravam tanto, chovia tanto naquela madrugada...” (BM, 273). Alphonsus de Guimaraens, Antonio Feijó e Raul Machado fornecem-lhe os versos romântico-simbolistas com os quais o comezinho amor de moço, matéria “magra”, amplia-se para um imaginário literário capaz de aguçar-lhe o interesse, a significação e a intensidade. Semelhante procedimento pode ser identificado na justificativa fornecida por Nava para a escolha do nome da “Lenora” de Poe para rebatizar a noiva morta prematuramente. Nas notas deixadas por Egon, as quais Nava simula ordenar e conferir forma narrativa, constam os nomes de “Beatriz, Laura, Natércia, Violante, Isolda, Branca, Rosamunda, Lenora e Hazil – a que foi princesa nas *Mil-e-uma noites*. Respeitando esse desejo das notas do Egon”, ou seja, o de ocultar o verdadeiro nome da jovem, “vamos chamá-la apenas de Lenora”, conclui o autor (NAVA, 1983: 69). Nesse último caso, os símiles da literatura brasileira dão as mãos aos da literatura universal, no propósito de conferir abrangência e relevância ímpares ao caso amoroso particular do memorialista.

Fora do âmbito amoroso, note-se que a obra, logo no início do primeiro volume, *Baú de Ossos*, toma uma citação de carta escrita por Eça de Queirós, afinando-se por esse diapasão autorizado tanto o restante do capítulo quanto, de certa forma, o conjunto das *Memórias*. A epígrafe original, “Eu sou um pobre homem da Póvoa do Varzim...”, é retrabalhada em seguida por Nava: “Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais” (NAVA, 1999: 5). O tom é humilde, malgrado a excelência literária do escritor português ao qual Nava imediatamente posta-se em situação paralela: pobre homem como um gênio. Ocorre, como se deduz, que a pretensa humildade do Narrador vai se desconstruindo, aos poucos, por um jogo sutil de ironias, que relativizam gradualmente o desvalimento desse “pobre homem”³. Aliás, mesmo que não submetêssemos o trecho à decifração irônica, o restante da obra trataria de operar essa relativização. Leia-se, por exemplo, o que o narrador diz do confronto de Egon com os tios e primos residentes em Juiz de Fora:

Na verdade aquela gente não tinha nada de comum com ele. Tinham sido criados em dois mundo geradores de – quase ele podia dizer – duas espécies de cultura. Eles, gente de pecúnia, acostumada ao seu bem-bom de não fazer nada, a ter da vida a noção macia que têm os bajulados, os agradados. Tudo a tempo e hora. Ele, impecunioso, formado em medicina e dificuldades, tendo da existência a idéia de suas puas, suas lixas, pontas, contundência. Coices como o dindagora (NAVA, 1981: 257)

Em outras palavras, equivale dizer: a virtude socorre o pobre-homem, assim como o vício satisfaz os “homens-bons” (algunha com que designa, ironicamente, a nata da sociedade juiz-forense). Desse modo, a máscara drummondiana do *gauche*, do patinho feio, dos incompreendidos pobres-homens é apenas superficialmente deletéria, pois

³ Maria Luiza Mendes Pereira tece interessantes considerações sobre o início das *Memórias em Das Aparas do Tempo às Horas Cheias: Uma Leitura das Memórias de Pedro Nava*. (tese de doutoramento). Campinas, IEL/UNICAMP, 2001.

preserva a virtude ausente dos “adaptados”. E, já que ocorre aqui uma expressão bem ao gosto naturalista, não custa lembrar que o trecho guarda ainda uma alusão indireta ao romance *O Ateneu* (a imagem da sociedade como um ouriço invertido com as suas puas voltadas contra o indivíduo). Desse modo, reitera-se mais uma vez o senso estratégico aludido anteriormente, nada gratuito e pleno de interesse do narrador, empenhado em extrair do universo literário e cultural uma sorte de espelho ao mesmo tempo reflexo de sua humildade – com a qual se instaura uma espécie de *captatio benevolentiae* do seu discurso – e de sua nobreza moral e cultural.

A subsistência do particular no coletivo dá-se, também, em outro nível, caracterizado pela impregnação do espaço urbano pela circunstância afetivo-biográfica. Que a cidade tem uma importância exponencial nas *Memórias* é fato sabido e notório. O próprio Nava chegou a equipará-la, certa vez, à importância dos personagens na obra.⁴ Desse modo, não é raro o leitor ser tomado pela mão em passeio pelas ruas do Rio de Janeiro ou Belo Horizonte antigos, acompanhado pelo *flâneur* ilustrado e experiente. Desses passeios, releva freqüentemente o tom crítico à modernização das metrópoles brasileiras nos anos 70 e 80: “Tão diferente hoje, tão desumanizada, tão violentamente progressista – tão outra na sua população que não sei se ainda possa dar a essa zona de Belo Horizonte seu antigo e doce nome de Bairro dos Funcionários”, diz a certa altura de *Galo-das-Trevas* (NAVA, 1981: 333). Desgosta-o, especialmente, a sobreposição da lógica viária sobre a harmonia histórico-arquitetônica das cidades.

Naturalmente, muitas dessas considerações são perfeitamente razoáveis e mesmo necessárias. O fluxo cada vez maior e mais rápido do capital acarretou uma modificação muitas vezes não só antiestética e insensível ao patrimônio histórico, mas também irracional do espaço urbano. Nada disso exclui, entretanto, o quanto de pessoal e autobiográfico subsiste nesse juízo sobre a ordem pública, coletiva. A esse respeito, é ilustrativo comparar o modo como se tratam nas *Memórias* dois processos de urbanização diferentes, mas ambos com os seus respectivos excessos: o de Belo Horizonte dos anos 20 e o do Rio de Janeiro dos anos 70. Mário de Andrade, no “Noturno de Belo Horizonte”, captou bem a “luta pavorosa entre florestas e casas”, a representação de “todas as idades humanas/ Macaqueadas por arquiteturas históricas” falsa e atabalhoadamente gregas, romanas e góticas, tudo erigido “_ Em nome da civilização!”⁵. Curiosamente, o aspecto artificial desse processo, com toda a sua carga de simulação histórica, de “cidade cenográfica”, diríamos, não incomoda o memorialista, que descreve a capital mineira da época com evidente empatia. Estranha, assim, que a um homem dotado de tamanhas informação e sensibilidade histórico-arquitetônicas – e que, com propriedade, chegou a ocupar a presidência do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – não incomode o aspecto *fake* da modernização da cidade. Tanto mais porque, comentando algumas reformas em casas antigas da capital carioca dos anos 80, recrimina justamente, entre outras coisas, o aspecto falso e afetado de certas intervenções. Critica, assim, quem altera o “tradicional querendo melhorá-lo e

⁴ “Gosto de andar pelas ruas do Rio de Janeiro que nos livros têm a mesma importância que os personagens”. (*Pedro Nava. Memória*, p. 409. São Paulo, Ateniense, 1987)

⁵ Wander Melo Miranda traça um paralelo entre o tom europeizado das construções belorizontinas e os costumes afrancesados da burguesia da época, comentados por Carlos Drummond de Andrade em *Esquecer para lembrar*. Cf. “Cidades da Memória em Drummond e Nava”, p. 178 (*Quadrant*, n° 8, 1991).

acrescentando à simplicidade primitiva das casas desornadas o excesso que lhes parece mais requintado” (NAVA, 1981: 16).

Ora, o decisivo para a diferença de avaliação em um e outro caso é o fato de que a juventude feliz de Nava na Belo Horizonte dos anos 20 ajuda a relevar os excessos da modernização urbana, enquanto a velhice infeliz do narrador, no Rio de Janeiro dos anos 80, torna ainda mais “negro” – sintomático título do capítulo dedicado a esse período – o processo de descaracterização histórica da cidade. No fundo, a esse narrador que trata os imóveis velhos conhecidos como “amigos” (NAVA, 1981: 15), parece que qualquer intervenção capaz de destruir o gatilho das boas lembranças configura, por si só, um ato reprovável. É, nesse sentido, uma violência contra a cidade-pública, mas sobretudo contra a cidade-íntima, aquela que se incrustou afetivamente na memória.

Por fim, como último caso de intromissão do individual no coletivo, resta comentar a ação desempenhada pelas conveniências pessoais sobre juízos de escopo mais amplo, notadamente os políticos. Dois episódios podem ser exemplares desse tópico. O primeiro diz respeito ao juízo negativo de Nava contra o Diretor da Companhia de Eletricidade de Belo Horizonte em meados dos 20, Manuel Thomaz Carvalho Brito. Aliás, tal juízo não lhe era exclusivo: “Ele tinha a má opinião do povo de Belo Horizonte que lhe atirava aos ombros todos os defeitos dos bondes, seus atrasos, seus enguiços, as faltas de luz, os curtos-circuitos, os fios e os postes arrancados pelas enxurradas.” (BM, 282) Essa opinião perduraria até os anos 60, quando a mãe do memorialista conta-lhe fato até então desconhecido. Quando voltava do serviço à noite, Dona Diva era obrigada a percorrer um longo trecho no mais profundo breu até alcançar a porta de sua casa. Por sugestão de Tia Joaninha, conhecida e parenta distante da esposa do diretor, a mãe de Nava marca um encontro na residência do casal para requerer a iluminação no itinerário. O homem mostra-se afável e, sentindo-se em dívida de gratidão para com o avô do memorialista – que socorrera na rua o pai de Brito quando de sua morte –, providencia as melhorias em menos de quinze dias. Ao saber da história, Nava não só muda a sua opinião sobre a pessoa de Carvalho Brito, mas também sobre a sua criticada conduta na administração pública: “A eletricidade falhava em Belo Horizonte. Sim. Mas falhava tudo na cidade. Calçamento, obras públicas, saúde, instrução. A culpa era de todos, duma época e não do Carvalho Brito.” É assim que, violentando convicções políticas sedimentadas por décadas, consegue “destruir imagem falsa” criada “a custa de opiniões de rua – para poder reedificar a figura real do homem útil, trabalhador e prestante de quem, além do mais”, sentia-se “devedor” (NAVA, 1979: 283).

Ora, o argumento de que “a culpa era de todos, duma época” tem um quê de fatalismo refutado, aliás, pela própria história: se o serviço de iluminação em questão foi providenciado em menos de quinze dias, é sinal de que, com vontade política, as coisas poderiam de fato funcionar na cidade em que “falhava tudo.” A violência que o autor diz cometer contra a própria opinião sobre Carvalho Brito, na verdade, explica-se menos por uma reavaliação objetiva de sua atuação pública pregressa, como a fragilidade de seus argumentos deixa entrever, do que por uma necessidade íntima de conciliar uma opinião pessoal, tornada favorável pelas circunstâncias familiares, com outra opinião geral, de cunho negativo. Torna-se difícil, em outras palavras, conceber que alguém tão prestimoso com a mãe do memorialista fosse, de fato, merecedor da má opinião da cidade. No fim das contas, é como se na cadeia de troca de favores subjacente à história toda, a reabilitação pública da memória de Carvalho Brito configurasse uma última

retribuição, muito exemplar do trânsito entre o público e o privado corrente na obra e no país.

Outro caso narrado nas *Memórias* conduz a conclusões semelhantes. Quando, recém-concluída a Faculdade de Medicina, viaja a Juiz de Fora (a “Desterro” de *Galodas-Trevas*) para atuar no Posto de Saúde da cidade, Nava procura o tio, Paletta (na obra, “Paretto”), para contar-lhe a boa nova. O homem, que tinha pretensões políticas na cidade e fazia oposição ao Presidente de Minas Gerais, odeia a notícia: “Começou nomeando porção de parentes meus para lugares aqui, para dar impressão que está atendendo pedido de minha parte. Agora, pra rematar, vem você, sobrinho da Felisberta. É uma verdadeira perseguição” (NAVA, 1981: 166). Como era de se esperar, Nava acirra a sua já cultivada antipatia pelo “tio torto” e, ao fim de sua estadia na cidade, conseguindo do presidente Andrada a remoção para Belo Horizonte, descobre via Raul Magalhães, encarregado dos trâmites de sua transferência para a capital, que o seu parente estava certo: “Parece que o Presidente já obteve de sua estadia no Desterro o efeito moral que queria...” (GT, 313). Não obstante ter sido usado como massa de manobra política – além da confirmação de que o político usava de nomeações públicas com propósitos eleitoreiros –, Nava será todo elogios à atuação pública de Andrada, com cujo filho, aliás, mantinha vínculos de amizade. Por mais que a sua avaliação possa guardar considerações de ordem mais objetiva, é patente a intromissão das conveniências pessoais sobre o juízo favorável ao governante – a começar pelo pouco caso dispensado ao fato de ter servido como uma peça no tabuleiro político do Estado na época.⁶ Na verdade, parece até que o autor sente-se intimamente agradado pelo fato, que lhe rende não só vantagem profissional como a oportunidade de espinaftrar o “tio torto”.

Com isto, espero ter conseguido salientar, na composição das *Memórias*, o seu traço particular, marcadamente autobiográfico, não obstante a configuração “centrífuga” desse *eu* em seu derramamento coletivo, como é próprio, aliás, do gênero memorialístico (GUSDORF, 1991: 260). Alçando esse movimento centrífugo a uma condição sistemática e generalizada – estrutural e estilisticamente –, as *Memórias* produzem um efeito de diluição do “eu” capaz de sugerir, a um crítico como José Maria Cançado, a proximidade entre o “sujeito da memória” e o “sujeito social”. Tal associação, entretanto, não me parece exata: o sujeito das *Memórias* é sempre, muito agudamente, Pedro Nava, com toda a carga geracional, temperamental, intelectual, familiar, passional, ideológica e de classe que a sua formação comporta. São tais injunções que governam a “universalização” corrente na obra, configurando-se, assim, o universo particular de Pedro Nava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, J. A. (1998). *Espaços da Memória*. São Paulo: Edusp/FASPESP.
ARRIGUCCI Jr., D. (1987). *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras.
CANDIDO, A. (1989). *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática.
CANÇADO, J. M. (2003). *Memórias videntes do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

⁶ Joaquim Aguiar comenta agudamente esse tipo de ocorrência nas *Memórias*: “Os favores, por exemplo, que motorizam inúmeras relações na obra nunca são problema, desde que os pedidos sejam atendidos. Quando isso não ocorre, a ira se volta contra quem não os atendeu, descartando-se a possibilidade de questionar um mecanismo que pressupunha, conforme o caso, que o pedinte desse com a cara na porta.” (*Espaços da Memória*, pp. 154-5. São Paulo, Edusp/FAPESP, 1998).

- GUSDORF, G. (1991). *Les écritures du moi (lignes de vie I)*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- MIRANDA, W.M. (1991). "Cidades da memória em Drummond e Nava", in: *Quadrant* 8, pp. 175-182.
- NAVA, P. (1979). *Beira-Mar*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- _____. (1981). *Galo-das-Trevas*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- _____. (1983). *O Círio-Perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1999). *Bau de Ossos*. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora Giordano.
- NUNES, R. (1987). *Pedro Nava. Memória*. São Paulo: Ateniense.
- PEREIRA, M. L. M. (2001). *Das aparas do tempo às horas cheias: uma leitura das Memórias de Pedro Nava*. Tese de doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP.
- SPITZER, L. (1970). *Études de style*. Paris: Gallimard.